



REPERCUSSÕES DO **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA** NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS

DOCUMENTO SÍNTESE – JUNHO 2008



REALIZAÇÃO
iEtinho
Base

REPERCUSSÕES
DO **PROGRAMA**
BOLSA FAMÍLIA
NA SEGURANÇA
ALIMENTAR E
NUTRICIONAL
DAS FAMÍLIAS
BENEFICIADAS

DOCUMENTO SÍNTESE – JUNHO 2008

REALIZAÇÃO

i etinho
Base

FINANCIADO POR

 FINEP

REPERCUSSÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS

Financiado por

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Proponente

Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade (Redes)

Realização

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
Junho 2008

Coordenação geral

Francisco Menezes

Coordenação executiva

Edmar Gadelha
Mariana Santarelli

Assistente de coordenação

Rozi Billo

Consultoria temática

Delaine Martins Costa
Jacy Corrêa Curado
Luciene Burlandy
Rosana Magalhães
Rosana Salles da Costa

Consultoria estatística

Ismênia Blavatsky de Magalhães
Marco Antonio de Souza Aguiar
Maurício Teixeira I. Vasconcellos

Assessoria estatística

Leonardo Mello
Marcia Tibau Moreira

Supervisoras regionais (etapa qualitativa)

Luciene Dias Figueiredo
Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas
Schirley Andréia Henzel Mochi
Teresa Cristina Wanderley Correa de Araújo
Thatiana Fávaro

Facilitadores(as) locais (etapa qualitativa)

Ana Paula Zuchi
Angela Marinho Pereira
Cícero de Oliveira Santos
Guilherme Velasco de Oliveira
Hélio Samúdio
José Manoel Flor Filho
Juliana Souza Andrade Licio
Lucas Gonzalis Martino
Luzia Bethânia de Alcantara
Maria Tenório de Souza
Maristela Calvário Alvares Pinheiro
Monica Santos Francisco
Neuza Maria Pinto de Queiroz
Noemi Sakiara Miyasaka Porro
Patricia Farias Ribeiro
Priscila da Silva Pereira
Sonia Maria de Oliveira
Tháisa Santos Navolar
Vânia Paula Stolte

Assistentes de pesquisa

Érica de Moraes Santos Wong
Paloma Madanêlo de Carvalho
Raquel Ribeiro de Azevedo

Transcrição (etapa qualitativa)

Greice Regina Bolgar dos Santos
Lenivaldo Cavalcante da Silva
Vanda Costa Seixas

Coleta e processamento de dados

Vox Populi

Revisão técnica

Mariana Santarelli

Acompanhamento editorial

Jamile Chequer

Revisão

Flávia Leiroz

Diagramação

Dotzdesign

Ibase

Av. Rio Branco, nº 124, 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20040-916
Telefone: (21) 2178-9400
<www.ibase.br>

Sumário

Apresentação e metodologia	4
Item 1 – Perfil dos(as) titulares e suas famílias	5
Item 2 – Uso dos recursos e gastos com alimentação	5
Item 3 – Mudanças no consumo alimentar após recebimento do PBF	6
Item 4 – Segurança alimentar e nutricional	8
Item 5 – Principais formas de acesso à alimentação	10
Item 6 – Saúde, saneamento e serviços básicos	13
Item 7 – Trabalho, renda e permanência no programa	13
Item 8 – Acesso à água	14
Item 9 – Relações sociais de gênero	15
Item 10 – Funcionamento do programa	16
Recomendações de políticas públicas	19

APRESENTAÇÃO

Este documento¹, apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa, que tem como principais objetivos conhecer melhor o perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, as formas pelas quais acessam a alimentação e as repercussões do Programa na segurança alimentar e nutricional. Foram, ainda, abordados aspectos do funcionamento do Programa e das relações sociais de gênero, uma vez que a maioria dos(as) titulares são mulheres. A partir deste trabalho, o Ibase espera fornecer subsídios importantes para uma reflexão mais aprofunda sobre o Programa Bolsa Família e para a proposição de políticas públicas voltadas para a garantia do direito humano à alimentação adequada das famílias brasileiras mais vulneráveis à fome.

METODOLOGIA

Foram entrevistados (com questionários de perguntas fechadas) 5 mil titulares do cartão Bolsa Família, em 229 municípios brasileiros do Nordeste, Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul. As entrevistas foram realizadas em setembro e outubro de 2007. Os entrevistados foram escolhidos por amostragem a partir do cadastro do Programa Bolsa Família (PBF). A coleta e o processamento de dados na fase quantitativa foi feita pelo instituto Vox Populi. Os resultados foram ponderados estatisticamente, de modo a adequá-los à realidade do cadastro do PBF (11 milhões 69 mil 178 famílias, em março de 2007). A pesquisa contou, também, com uma fase qualitativa, que ouviu 170 titulares em 15 grupos focais, entre junho e julho de 2006, gestores municipais do programa e membros de instâncias de controle social em 15 cidades de cinco estados (MS, PR, PA, PE, RJ). As fases quantitativa e qualitativa complementam-se, compondo o relatório final do trabalho.

A segurança alimentar e nutricional, em sua definição mínima, consiste na realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.

¹ Documentos mais completos estão disponíveis no site do Ibase <www.ibase.br>

ITEM1 PERFIL DOS(AS) TITULARES E SUAS FAMÍLIAS

- A maioria dos(as) titulares do PBF é de mulheres (94%) – a titularidade do cartão é concedida preferencialmente às mulheres.
- 27% dos(as) titulares são mães solteiras.
- A maior parte das mulheres titulares (85%) têm entre 15 e 49 anos.
- A maior parte dos(as) titulares são pretos ou pardos (64%).
- 78% das famílias residem em área urbana enquanto 22% em áreas rurais. A maior concentração de famílias rurais beneficiadas pelo PBF está na Região Nordeste (50%).
- 81% dos titulares sabem ler e escrever, sendo que 56% estudaram até o ensino fundamental.

ITEM2 USO DOS RECURSOS E GASTOS COM ALIMENTAÇÃO

De acordo como os(as) titulares, o dinheiro do PBF é gasto principalmente com (a partir de múltipla escolha, com opção de até três respostas):

1. Alimentação – 87% (no Nordeste chega a 91% enquanto no Sul a 73%);
 2. Material escolar – 46% (no Norte chega a 63,5% enquanto no Nordeste a 40%);
 3. Vestuário – 37%;
 4. Remédios – 22%;
 5. Gás – 10%;
 6. Luz – 6%;
 7. Tratamento médico – 2%;
 8. Água – 1%;
 9. Outras opções – menos de 1%.
- As famílias beneficiadas pelo PBF gastam, em média, R\$ 200 mensais com alimentação, o que representa 56% da renda familiar total.
 - Quanto mais pobre a família maior a proporção da renda gasta com alimentação.

ITEM3 MUDANÇAS NO CONSUMO ALIMENTAR APÓS RECEBIMENTO DO PBF

De acordo com titulares, após recebimento do benefício do PBF, aumentou consumo de:

1. Açúcares – 78% (dos(as) titulares disseram que passaram a comprar mais deste grupo alimentar);
2. Arroz e cereais – 76%;
3. Leite – 68%;
4. Biscoitos – 63%;
5. Industrializados – 62%;
6. Carnes – 61%;
7. Feijões – 59%;
8. Óleos – 55%;
9. Frutas – 55%;
10. Ovos – 46%;
11. Raízes – 43%;
12. Vegetais – 40%.

Mudanças no consumo alimentar por regiões (tendências gerais)

- **Nordeste** – aumento do consumo declarado de todos os grupos de alimentos, com menor proporção de leite e de seus derivados.
- **Sudeste** – aumento mais significativo para o consumo de leites e derivados.
- **Centro-Oeste e Norte** – foram as regiões onde, comparando-se ao restante do país, houve menos mudança no consumo dos grupos de alimentos.
- **Sul** – o consumo de verduras e legumes foi o que menos se modificou quando comparado aos demais grupos de alimentos.

CONCLUSÕES

- As modificações na alimentação das famílias, a partir do recebimento do benefício do PBF, acompanham a tendência nacional (pesquisas de Orçamento Familiar realizadas pelo IBGE em passado recente) no que diz respeito ao:
 - ▶ aumento no consumo de proteínas de origem animal, leite e seus derivados;
 - ▶ aumento no consumo de biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e alimentos industrializados;
 - ▶ aumento, em menor proporção, no consumo de vegetais e hortaliças;

- As modificações na alimentação das famílias se diferenciam da tendência nacional no que diz respeito ao aumento declarado do consumo de cereais, principalmente do arroz (76%) e dos feijões (59%), alimentos tradicionais que vêm declinando na dieta da população brasileira¹.
- O consumo declarado de arroz e feijão aumentou, principalmente, entre as famílias de mais baixa renda.
- No geral, a dieta das famílias mostra que alimentos de maior densidade calórica e menor valor nutritivo prevalecem na decisão de consumo. O comportamento desfavorável do padrão alimentar contribui para o aumento da prevalência de excesso de peso e da obesidade, como também de doenças, certos tipos de câncer e outras enfermidades crônicas associadas a dietas com alta densidade energética.
- Os grupos focais indicam que as famílias priorizam a compra e o consumo de alimentos considerados básicos e de baixos preços, capazes de propiciar a saciedade e a provisão de energia, pelo consumo de alimentos “fortes” e aqueles mais ligados ao desejo, principalmente o dos filhos.
- Famílias que já tinham a alimentação básica “suprida” – programa possibilitou aumento na aquisição de alimentos considerados “complementares”, como frutas, verduras, legumes, alimentos industrializados e outros considerados “supérfluos”, e também da carne, alimento valorizado e de difícil acesso.
- Famílias que **não** tinham alimentação básica suprida – programa possibilitou que passassem a comprar mais alimentos considerados básicos, como feijão e arroz.
- A regularidade no aporte de recursos propiciada pelo programa – possibilita planejar gastos e, conseqüentemente, modificar o padrão de consumo.

¹ A pesquisa foi realizada antes da elevação de preços destes produtos, verificada principalmente a partir de 2008.

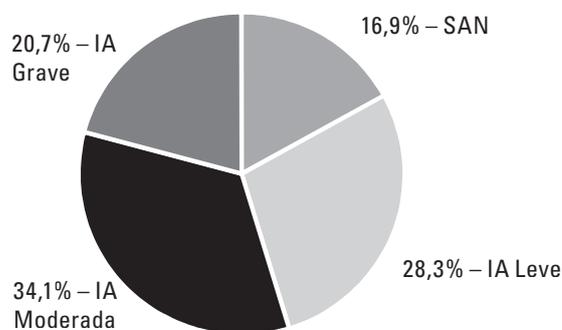
ITEM4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Perguntados(as) sobre o que ocorreu com a alimentação da família após o recebimento do benefício pelo PBF, os titulares do cartão disseram que aumentou:

- quantidade de alimentos que já consumiam – 74%;
- variedade de alimentos – 70%;
- compra de alimentos que as crianças gostam – 63%.

Apesar do aumento declarado no consumo de alimentos, parcela significativa dos(as) beneficiários(as) (**21%**, representando 2,3 milhões de famílias) encontra-se em situação de insegurança alimentar grave (fome entre adultos e/ou crianças da família); outros **34%** (ou 3,8 milhões de famílias) estão em situação de insegurança alimentar moderada (restrição na quantidade de alimentos na família). Apresentam insegurança alimentar leve, onde não há falta de alimentos, mas preocupação em relação ao consumo no futuro, **28%** (ou 3,1 milhões de famílias), e **17%** (ou 1,9 milhão de famílias) estão em situação de segurança alimentar e nutricional (veja gráfico abaixo).”

Classificação da famílias que recebem o PBF de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar



Fonte: Pesquisa Repercussões do Programa Bolsa Famílias na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas, 2007.

- aproximadamente 7 milhões 400 mil pessoas beneficiadas pelo PBF encontram-se em situação de SAN.
- aproximadamente 12 milhões 500 mil pessoas beneficiadas pelo PBF encontram-se em situação de IA leve.
- aproximadamente 18 milhões 300 mil pessoas beneficiadas pelo PBF encontram-se em situação de IA moderada.
- aproximadamente 11 milhões 500 mil pessoas beneficiadas pelo PBF encontram-se em situação de IA grave.

ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

A Ebia consta de 15 perguntas centrais fechadas com respostas do tipo sim ou não, referentes aos últimos três meses, e reflete a preocupação da comida acabar antes de se poder comprar mais até a sua ausência total. A Ebia, originariamente, é um método desenvolvido nos Estados Unidos e adequado para o Brasil pela Universidade de Campinas, tendo sido utilizada pelo IBGE na última PNAD. As três categorias de IA são:

IA grave – fome entre adultos e/ou crianças da família;

IA moderada – restrição na quantidade de alimentos na família;

IA leve – receio ou medo de sofrer IA em futuro próximo, reflete o componente psicológico da insegurança e problemas de qualidade de alimentação.

- **Quantidade de alimentos** que já consumia aumentou mais entre famílias em situação de IA moderada (77,6%) e grave (79,2%) do que entre aquelas em SAN (59,7%).
- **Variedade de alimentos** aumentou mais entre famílias em situação de IA moderada (72,9%) e grave (68,7%) do que entre aquelas em SAN (59,6%).
- **Compra de alimentos que as crianças gostam** aumentou mais entre famílias em situação de IA moderada (65,2%) e grave (59,5%) do que entre aquelas em SAN (49,8%).

CONCLUSÕES

Mesmo com a percepção de aumento na quantidade e na variedade dos alimentos, a partir do recebimento do benefício do PBF, a situação de IA é alta. Do ponto de vista das políticas públicas, o programa é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais amplo. É necessário manter e aprofundar o programa, associando-o a outras políticas públicas capazes de atacar problemas como a falta de saneamento básico e de acesso ao mercado formal de trabalho – fatores que guardam correlação com a insegurança alimentar. Oferta de alimentos mais baratos, ampliação da alimentação escolar para o ensino médio, entre outras, são também políticas governamentais que poderiam contribuir para uma melhora dos índices (no item 11 deste resumo).

São mais vulneráveis à IA grave:

- famílias em que os titulares são pretos e pardos;
- famílias em que os titulares não têm trabalho formal;
- famílias em que os titulares não sabem ler e escrever;
- famílias rurais;
- famílias que não têm acesso a saneamento básico.

ITEM5 PRINCIPAIS FORMAS DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO

De acordo com os(as) titulares, as principais formas de acesso à alimentação são (a partir de múltipla escolha, com opção de até três respostas):

1. Compra de alimentos no mercado – 96,3%;
2. Alimentação na escola – 33,4%;
3. Ajuda de parentes e amigos – 19,8%;
4. Produção de alimentos para consumo próprio – 16,6%;
5. Doação de alimentos – 9,7%;
6. Caça, pesca e extrativismo – 8,5%;
7. Programas públicos de assistência alimentar – 4,7%.

1. Compra de alimentos no mercado

Tipo de mercado onde beneficiados(as) do PBF compram seus alimentos:

- 67,9% dos(as) titulares afirmam que realizam compras em supermercados e mercados de médio porte – nestes casos, 35,2% afirmam realizar compras a prazo nestes estabelecimentos.
- 63,8% afirmam que realizam compras em pequenos mercados de bairro/povoado – nestes casos, 48,2% afirmam realizar compras a prazo nestes estabelecimentos.
- 38,8% fazem compras em feiras e mercados municipais – aqui, apenas 5% afirmam que compram a prazo.
- 17,5% afirmam comprar em sacolão/varejão/frutaria – sendo que apenas 11,9% afirmam comprar a prazo nestes estabelecimentos.

CONCLUSÕES

- A compra em mercados é a principal forma de acesso aos alimentos em todas as regiões do país o que faz da renda condição primordial para tal. Tanto em áreas urbanas como rurais, os supermercados e mercados de médio porte são os principais locais de compra de alimentos.
- Nos grupos focais detectou-se que o recebimento do benefício do PBF amplia a possibilidade de compra a crédito por parte do titular do cartão, já que há garantia de renda.
- Grupos focais mostraram que famílias que residem em localidades de mais difícil acesso, como favelas e pequenos povoados, tendem a pagar mais caro pelos produtos

alimentares. Compram em pequenos mercados, que, geralmente, cobram mais caro pela proximidade de casa e pela possibilidade de comprar fiado.

2. Alimentação escolar

- Mais relevante para famílias que vivem em áreas urbanas e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.
- 83,4% dos(as) beneficiados(as) pelo PBF que freqüentam escola ou creche recebem merenda gratuita (aqui, o dado abrange não apenas os titulares do cartão, mas a família como um todo).
- Dentre as que recebem, 71,4% comem a merenda todos os dias. Os grupos focais mostraram que a merenda nem sempre é suficiente ou do gosto dos(as) escolares.
- 32,9% dos(as) titulares declaram que a alimentação da família piora durante as férias escolares.

CONCLUSÕES

- A alimentação escolar aparece como a segunda forma mais importante de acesso à alimentação. Nos grupos focais, ficou evidente a importância da alimentação na escola para o orçamento doméstico (menos gastos em casa com alimentação das crianças).

3. Ajuda de parentes e amigos

- As famílias que identificam a ajuda de parentes e amigos como uma das principais formas de acessar a alimentação são aquelas que se encontram nas formas mais graves de insegurança alimentar.
- A solidariedade entre a própria população pobre e extremamente pobre gera redes de apoio em situações de escassez alimentar.

4. Produção para autoconsumo

- Mais relevante para famílias que vivem em áreas rurais e no Nordeste.
- 20,8% das famílias beneficiadas pelo PBF plantam algum tipo de alimento ou criam animais para a alimentação, sendo que 78,3% destas o fazem exclusivamente para o auto-sustento.
- Das famílias beneficiadas que plantam algum tipo de alimento ou criam animais para alimentação, 95,5% não recebem nenhum tipo de assistência técnica; 83,1% não acessaram nenhum tipo de crédito agrícola nos últimos três anos; e apenas 13,5% acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

- Entre as famílias beneficiadas que produzem alimentos, 56,6% são proprietárias da terra onde trabalham. Na Região Norte, o percentual chega a 70,9% e no Nordeste a 53,8 %.
- Dentre as famílias proprietárias de terra, 19,5% encontram-se em situação de SAN enquanto apenas 6,9% das não-proprietárias encontram-se nesta posição. Dentre as famílias assentadas em projetos de reforma agrária, o percentual chega a 26,5%.

CONCLUSÕES

- A maior parte dos beneficiados que produzem alimentos o fazem principalmente para o autoconsumo. É muito baixo o investimento em ações que possam valorizar, promover e apoiar a produção de alimentos especificamente para este segmento mais vulnerável da agricultura familiar.
- O acesso à terra e a políticas de fortalecimento da agricultura familiar, como pode ser observado no caso dos assentamentos rurais, aumenta as chances de as famílias atingirem a condição de SAN.

5. Caça, pesca e extrativismo

- Mais relevante para famílias que vivem em áreas rurais e na Região Norte.
- 10,1% das famílias beneficiadas pelo PBF praticam caça, pesca e/ou extrativismo (a maioria para auto-sustento). Na Região Norte, o percentual sobe para 23,4%.
- Relatos dos grupos focais demonstram que estas práticas vêm diminuindo cada vez mais, dado o acelerado processo de degradação ambiental, que causa fortes impactos na oferta de alimentos encontrados na natureza.

6. Programas e ações públicas de assistência alimentar

- 28,5 % das famílias beneficiadas pelo PBF receberam, pelo menos, um tipo de doação ou foram beneficiadas por um programa público de assistência alimentar no mês anterior à pesquisa. Na Região Sudeste, o percentual chega a 40,0%.

Quais doações de alimentos/programas de assistência alimentar são mais frequentes?

- 12,70% do total das famílias pesquisadas receberam leite (maior parte de governos).
- 12,1% do total das famílias pesquisadas receberam cesta básica (maior parte de organizações não- governamentais).

CONCLUSÕES

- Apesar de seu potencial para contribuir com a SAN das famílias, ainda é baixo o alcance das diversas políticas governamentais de assistência alimentar hoje existentes.

ITEM6 SAÚDE, SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS

- 38,5% das famílias beneficiadas possuem, pelo menos, uma pessoa com problema crônico de saúde.
- 36,8% das famílias já tiveram diagnosticada entre seus membros anemia; 31,4% hipertensão; 16,0% desnutrição infantil; 8,4 % deficiência de vitamina A; e 7,4% obesidade.
- Apenas 42,6% têm acesso à rede de esgotos.
- 70,3% têm o gás de botijão como principal energia para cozinhar enquanto 24% se utilizam, principalmente, da lenha e do carvão.

CONCLUSÕES

Falta de acesso a bens públicos básicos, como esgoto, interferem diretamente nas taxas de IA. Saúde e acesso a bens públicos são facetas de uma situação de pobreza que apenas o fator renda não é capaz de superar. Neste sentido, outras políticas sociais são necessárias (dados no item 11 deste resumo).

ITEM7 TRABALHO, RENDA E PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

- 44% dos(as) titulares tiveram trabalho remunerado no mês anterior à pesquisa, sendo que o grau de informalidade é alto: destes, apenas 16% têm carteira assinada.
- Dentre os(as) que não trabalharam no mês anterior à pesquisa, 68% estão desempregados(as) há mais de um ano e apenas 23% buscaram trabalho neste mesmo mês.
- 46% dos domicílios tiveram renda mensal total (incluindo o PBF e demais benefícios), no mês anterior à pesquisa, inferior a R\$ 380 (valor correspondente ao salário mínimo durante a coleta de dados). As famílias de mais baixa renda estão na Região Nordeste.
- À questão “Você deixou de fazer algum tipo de trabalho depois que passou a receber o benefício do Bolsa Família?”, 99,5% responderam que não; parcela estatisticamente insignificante dos(as) titulares do cartão Bolsa Família dizem que deixaram de exercer algum trabalho remunerado por causa do benefício.

Perguntados sobre “Até quando acha que a família deve receber o dinheiro do Programa Bolsa Família”:

- 27% dos(as) titulares responderam: “Até quando necessitarmos”;
- 22% responderam: “Até que os filhos estejam no mercado de trabalho”;
- 19% acham que devem receber o benefício “para sempre”;
- 13% responderam: “Enquanto os filhos estiverem na escola”;
- 8% responderam: “Até que chefes de família possam se estabilizar no emprego”;
- 3% responderam: “Até que as crianças completem a maioridade”;
- 1% de outras respostas;
- 7% de respostas “Não sei/Não respondeu”.

Na soma dos resultados (excluindo-se “Para sempre”/ “Outras respostas” e “Não sei”), observa-se que a maioria dos titulares (73%) têm a noção do programa como algo temporário.

CONCLUSÕES

O recebimento do benefício não faz com que as pessoas deixem de procurar trabalho. Grupos focais apontaram que há abandono de trabalho quando este é de extrema precariedade, o que incluiu, nos relatos, situações de trabalho análogo à escravidão. O fato de os titulares serem, em sua maioria, mulheres pode explicar o baixo índice dos que tiveram trabalho remunerado no mês anterior à pesquisa (apenas 44%), já que parte das mulheres se dedica exclusivamente à gestão da casa.

ITEM8 ACESSO À ÁGUA

- 12% dos(as) beneficiados(as) pelo PBF dizem que a água a que têm acesso não é suficiente para as necessidades domésticas; no Norte, o percentual sobe para 19,5% e no Nordeste para 16%. Na área rural do Brasil, 23% consideram a água insuficiente.
- Projeto de construção de cisternas na região do semi-árido destacado como iniciativa de acesso à água.
- Nos grupos focais em áreas urbanas, foram citados problemas relacionados à regularidade e à qualidade da água.

ITEM 9 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

1. Titularidade do programa é preferencial às mulheres

- 87,5% dos titulares do PBF acham que a titularidade deve ficar no nome da mulher – a maioria das pessoas entrevistadas são mulheres.
- 64% dizem que é porque elas “conhecem melhor as necessidades da família”, opção seguida por “tendem a gastar com alimentação e com os filhos” (17,1%).
- Existe um “consenso” tanto por parte dos beneficiados como de gestores em relação à titularidade preferencial às mulheres.

2. Autonomia das mulheres

As mulheres afirmam que após o recebimento do benefício do PBF:

- sentem-se mais independentes financeiramente – 48,8%;
- aumentou seu poder de decisão em relação ao dinheiro da família – 39,2%;
- passaram a comprar fiado ou a crédito – 34%.

Casos isolados e não-generalizáveis foram observados nos grupos focais:

Uns três meses eu me virei só com os R\$ 45 do Bolsa Família, porque eu e o meu marido, a gente brigava muito e ele me espancava demais. Então eu decidi me separar, saí de casa com meus três filhos e pra botar comida em casa eu só tinha os R\$ 45, e foi isso que me deu mais força. O dinheiro do aluguel eu tenho, então o Bolsa Família vem e eu tenho como botar comida dentro de casa. Já vai fazer três anos que eu estou separada e está dando.”

(Depoimento de beneficiária do PBF em grupo focal em favela do Rio de Janeiro – RJ)

Mudou muito porque quando só ele recebia... Ele não é desses maridos de dizer: Toma, compra roupa pra tu, toma esse dinheiro, ele não é disso, só se eu forçar muito, ou então quando eu tô muito precisada, mas pra ele chegar, receber um dinheiro dele assim e dizer: toma (...) vai comprar de roupa pra tu, é difícil.

(Depoimento de beneficiária do PBF em grupo focal em Catende – PE)

3. Repercussões do PBF sobre acesso das mulheres titulares a serviços e programas nas áreas de saúde, educação e trabalho

A repercussão do recebimento do benefício para o acesso a outras políticas públicas por parte das titulares é maior na área de saúde: 42% disseram que receber o benefício do PBF fez com que aumentasse a frequência aos serviços de saúde e 33% dizem ter mais acesso a exames pelo SUS.

Já na área de educação, 12,5% afirmaram que passaram a freqüentar curso de educação formal a partir do recebimento do benefício; 10% disseram que passaram a participar de curso de alfabetização.

Na área de trabalho, apenas 15,5% afirmaram que passaram a participar de programas de geração de renda por conta do PBF.

CONCLUSÕES

O PBF traz visíveis resultados na vida das mulheres, como o aumento de sua independência financeira, maior influência no planejamento dos gastos, e no próprio respeito que passam a infundir no âmbito familiar e na comunidade. Porém, ainda é muito baixo o investimento em políticas complementares capazes de garantir melhores condições para a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

ITEM10 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. Conhecimento sobre o programa

- 25% dos(as) titulares ficaram sabendo do programa “por intermédio de amigos e parentes”; 23% na escola e 21% pela TV.
- 74% disseram não saber porque as famílias recebem valores diferentes.
- Entrevistas com gestores(as) (responsáveis pela gestão local do PBF nos municípios) mostraram que nem sempre eles estão preparados para dar informações, principalmente com relação a inclusões e exclusões e alterações no valor do benefício.
- Existe um grande desconhecimento das famílias beneficiadas com relação às regras do programa. A desinformação acerca das regras gera atmosfera de incompreensão e desconfiança por parte de beneficiados, gestores e membros de instância de controle social.

2. Condicionalidades

- A maioria dos(as) titulares do PBF (64%) acha certo que “as famílias que não cumprem com as condicionalidades sejam excluídas do programa”.
- Os órgãos municipais responsáveis pelo acompanhamento relatam uma série de dificuldades: problemas resultantes das transferências de alunos e alunas para outras escolas; no acompanhamento das crianças que estudam em municípios vizinhos e das que estudam em escolas particulares, falta de interesse e capacidade dos responsáveis das escolas em preparar e enviar os relatórios de frequência.

3. Controle social

- A maioria (68%) não sabe como fazer denúncias de irregularidades enquanto 90% não conhecem em seu município “algum conselho ou forma de participação da comunidade no programa”.
- A falta de um canal para denúncias sem a necessidade de identificação é vista pelas titulares como obstáculo para a fiscalização.
- Persiste grande fragilidade nessa atribuição por parte das instâncias que recebem a responsabilidade do controle social. Geralmente, são conselhos de assistência social que já se consideram sobrecarregados com outras funções. No entanto, mecanismos de controle com base na rede pública de fiscalização do PBF vêm sendo aprimorados.

4. Acesso a outros serviços e integração com programas complementares

- Ainda é pouco expressiva a integração do PBF com outras políticas.
- Dificuldades na inserção das famílias em outros programas sociais, em parte porque essas ações não estão sendo implementadas, em parte pelo pouco conhecimento a esse respeito.
- Gestores de alguns municípios pesquisados percebem o PBF como uma porta de acesso aos serviços de saúde, dado o aumento da frequência das famílias aos postos de saúde.

5. Tempo e recurso gasto para sacar o dinheiro do PBF

De acordo com titulares, o tempo gasto para buscar o dinheiro do PBF no mês anterior à pesquisa foi:

- menos de 1 hora – 60%;

- entre 1 e 2 horas – 26%;
- entre 2 e 4 horas – 6%;
- mais de 4 horas – 8%.

Na área rural, o gasto de tempo é maior: 28,8% dos beneficiados afirmaram que gastaram mais de 4 horas para buscar o dinheiro do PBF.

De acordo com titulares, o valor gasto para buscar o dinheiro do PBF no mês anterior à pesquisa foi:

- nada – 63%;
- até R\$ 2 – 5%;
- mais de R\$ 2 até R\$ 5 – 22%;
- mais de R\$ 5 – 10%.

Na área rural, o gasto é maior do que nas áreas urbanas: 61,5% afirmaram gastar mais de R\$ 2 para buscar o dinheiro do PBF.

O problema de distância e transporte também se manifesta para o acesso a bens e serviços públicos, cujos custos em municípios menores, com os segmentos de baixa renda freqüentemente residindo em áreas distantes, são altos. Nos municípios maiores, a proximidade física com aqueles serviços pode até ser melhor, mas há outras barreiras de acesso, tais como a violência, o número de pessoas a serem atendidas e a demora nas filas de atendimento.

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- Reforço a programas de segurança alimentar que possibilitem a oferta de produtos alimentares adequados e pouco consumidos, como legumes, verduras, frutas e carnes, a preços mais baratos, mediante intervenções que promovam a aproximação de produtores e consumidores, especialmente nas localidades onde há dificuldade de acesso ou preços elevados.
- Implementação de uma política de abastecimento alimentar centrada na valorização da agricultura familiar e nos instrumentos de regularização de preços no atacado e varejo, via estoques de alimentos básicos.
- Articulação e ampliação das ações de fortalecimento da agricultura familiar que passam, necessariamente, pela reforma agrária e regularização fundiária, ampliação do crédito agrícola, mais especificamente do Pronaf B, e assistência técnica. Tais iniciativas devem considerar o perfil das famílias beneficiadas que vivem em áreas rurais e que, em sua maioria, produzem alimentos exclusivamente para consumo próprio.
- Aumento da demanda por produtos da agricultura familiar, por meio da articulação da produção local com gastos públicos em alimentação (escolas, hospitais, presídios, abrigos, creches etc.), aos moldes do que já vem sendo implementado por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do MDS, porém muito aquém da demanda apresentada.
- Ampliação da alimentação escolar para o ensino médio.
- Fortalecimento de políticas que ampliem o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário e a continuidade de iniciativas bem-sucedidas, como o programa Um Milhão de Cisternas e o novo Um Milhão de Cisternas + 2 (construção de cisternas para a produção alimentar no semi-árido).
- Implementação de programas direcionados para a educação alimentar dos beneficiados, ressaltando a importância do consumo de frutas, legumes e verduras adicionados à mistura do arroz e feijão, e redução do consumo de açúcares (escola como espaço privilegiado para essas ações).
- Reforço de ações de regulamentação de propaganda de alimentos, de modo a minimizar os efeitos de alimentação de má qualidade, particularmente entre crianças.
- Intensificação das políticas de assistência social entre as famílias beneficiadas, buscando sua integração com ações complementares capazes de melhorar suas condições de saúde e educação.

- Implementação de políticas emancipatórias, seja no âmbito da nova Secretaria de Oportunidades, vinculada ao MDS, seja pela integração com demais políticas que possibilitem oportunidades de geração de trabalho e renda nas três esferas de governo.
- Retomada de processos de formação de gestores, conversações e acordos entre as esferas de poder federal, estaduais e municipais, para a construção de consensos que poderão resultar em grandes ganhos para a gestão do programa, explorando suas potencialidades, que vão além da transferência de renda.
- Estabelecer vigorosa estratégia de comunicação do programa, tanto para as famílias beneficiadas como para os gestores e gestoras locais e para a sociedade em geral.